

Até o final do ano, um Brasil diferente

Crise não dura apenas 2 anos, diz Munhoz

Para o professor Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, o Ministro Deltim Netto, do Planejamento, "não fala sério" quando afirma que o Brasil terá apenas dois anos de crise pela frente. "Nós ouvimos isso do Simonsen e do Veloso (dois ex-ministros do Planejamento) por mais de 10 anos", desabafa um dos mais conceituados economistas brasileiros.

Segundo Décio Munhoz, as declarações do Ministro do Planejamento têm apenas um cunho político, já que "ele não seria tão inconsequente em acreditar que é apenas uma questão de dois anos". Ele acredita, inclusive, que a prosseguir a política econômica atual, poucas pessoas, ou talvez mesmo nenhuma, das que formulam a política econômica brasileira, estarão no comando para checar os resultados no final desses dois anos.

Sem ser pessimista, o professor da UnB é da opinião de que até o final deste ano o Brasil será outro país, diferente econômica, social e politicamente. "Sem querer fazer profecias, não sei se há alguma coisa que possa ser feita", afirmou.

CRISE IMPORTADA

Basicamente, o raciocínio de Décio Munhoz é de que as missões do Fundo Monetário Internacional que visitaram o Brasil não

têm muito boa visão da situação econômica do país, então o Fundo não tem condições de transmitir uma política econômica eficaz para resolver o problema brasileiro.

Para ele, o Brasil abdicou de formular sua própria política econômica para adotar a política ditada pelo FMI, "Com isso, ficamos muito vulneráveis. Essa fragilidade fez com que aceitássemos esse modelo teórico enlatado, já que o FMI recomenda o mesmo modelo para todo o mundo. Eles não têm capacidade de apenas em rápidas visitas ao Brasil ditar uma política coerente com a nossa realidade, que conhecem muito pouco", ressaltou.

Então, continua, "é inevitável que o resultado das políticas determinadas sejam incompatíveis com as políticas que pudessem evitá-lo no Brasil as pressões inflacionárias, o desemprego, o desestruturar do setor público. Enquanto as questões vitais, como a dívida interna pública, que está fora de controle, e as taxas de juros elevadas, não são sequer mencionadas por essa política enlatada, importada".

INEVITÁVEL RECESSÃO

No seu entender, o aprofundamento da recessão, inevitável, está de acordo com a contenção das atividades econômicas determinadas pelo Fundo Monetário Internacional. As

sim, a explosão inflacionária, "que está apenas começando", é decorrência da política cambial recomendada pelo Fundo; e que foi agravada pela tentativa brasileira de dar uma maior satisfação aos banqueiros internacionais. Essa satisfação, segundo ele, traduz-se na maxidesvalorização do cruzeiro adotada no início do ano. "Tudo indica que pelo modelo do Fundo, vamos acabar aprofundando a recessão e ampliando o desemprego".

Décio considera mesmo que a situação atual já se configurava em 1979, quando o Ministro Deltim Netto assumiu a Secretaria de Planejamento. "Quando ele pegou, já não dava, ele achou que crescendo a economia poderia resolver, desconhecendo, no entanto, uma dívida externa já então enorme. Adotou uma maxidesvalorização cambial (em dezembro de 1979), aceitou a lei salarial que criou a semestralidade dos reajustes, que as empresas transferiram para os próprios trabalhadores elevando os preços".

MONETARISTAS

A maxidesvalorização do cruzeiro, entretanto, era defendida desde meados do ano passado por economistas como os professores Moisés Glatt e Mário Henrique Simonsen, da Fundação Getúlio Vargas, que o pro-

fessor Munhoz classifica como monetaristas. Declarações do ex-Ministro Simonsen, numa reunião da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, quando defendeu a maxidesvalorização do cruzeiro, foram alvos de severas críticas.

O professor Moisés Glatt também defendeu a maxidesvalorização do cruzeiro, todos com a argumentação de que o Brasil havia praticado uma política cambial irrealista durante dois anos, e que o descompasso entre as moedas nacional e norte-americana precisava ser corrigido.

O ex-ministro chegou, inclusive, após a adoção da maxi no início do ano, a falar em desindexação dos efeitos da maxi, através de rígidos controles dos demais índices da economia e de um terreno controle sobre os preços, que ameaçavam disparar com a transferência, pelos empresários, da elevação de seus custos para o preço final dos produtos.

Décio Munhoz considera toda essa discussão apenas balela. Ele afirma que é impossível, por exemplo, evitar a transferência dos efeitos da maxi sobre os preços dos produtos. "Ou o empresário, principalmente o que trabalha com insumos importados, transfere a elevação de seus custos para o preço final, ou simplesmente quebra", raciocina o professor da UnB.